

UMA UNIVERSIDADE MODELO PARA O BRASIL: a Educação Superior e o projeto de construção da nacionalidade brasileira (1935-1945)¹



Dra. Evelyn G. Dill Orrico (UNIRIO)
evelynorrico@unirio.br

Ms. Antonio José Barbosa de Oliveira
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social -
PPGMS / UNIRIO.
antoniojose@facc.ufrj.br

Resumo: Foram necessários cinco séculos de história para o Brasil ter, em seus domínios, a instituição universitária. Somente no século XX, no contexto das políticas de modernização do Brasil, os debates para a criação de universidades tomou corpo e, finalmente, em 1920, o Governo Federal criou a sua primeira universidade, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Mas essa universidade estava longe de se caracterizar como uma universidade moderna. Procurando adequar a instituição ao modelo nacional desenvolvimentista, durante o período autoritário do Estado Novo, URJ é transformada, em 1937, em Universidade do Brasil (UB). Percorrer o complexo processo de criação da instituição universitária no país, bem como sua consolidação, é empreender uma viagem pela história do país na busca de sua modernização, mergulhando também em diversas redes de nossa memória social.

Palavras-chave: História da Educação Superior. Memória Social. Universidade do Brasil.

Abstract: Five centuries of history were necessary that Brazil could create an university as an institution. Only in the twentieth century and in the context of political modernization, the discussions for the creation of universities took shape. This process led the Federal Government to establish in 1920 its first university, the University of Rio de Janeiro (URJ). However, this university was far from being characterized as a modern university. During the authoritarian New State, to adequate the institution to the national development model, the URJ was transformed in 1937 into the University of Brazil (UB). Step through the complex creation process of the university institution in Brazil, as well as its consolidation, is to undertake a journey through Brazil's history in pursuit of its modernization, also dipping into various networks of our social memory.

Key-words: Higher Education's History. Social Memory. University of Brazil.

¹ Artigo recebido em 30/6/2010 e aceito em 18/9/2010.

Introdução e objetivos

A criação de nossas universidades é tardia, já que a primeira universidade federal do país, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), somente foi criada em 1920. Essa universidade originou-se da incorporação (aglutinação) de instituições pré-existentes: as faculdades de Direito e Medicina e a Escola de Engenharia, criadas no século XIX. A partir da segunda metade da década de 1930, colocou-se de forma mais evidente a necessidade de se alterar a concepção de universidade no país. Desta forma, o governo federal, em 1937, reorganizou a URJ, transformada em Universidade do Brasil (UB) e concebida como modelo a todas as instituições de ensino superior no país. À UB foram incorporadas diversas unidades e instituições de ensino já existentes em diversas localidades da capital federal, conferindo-lhe, desde o seu início, características de grandiosidade e fragmentação. Eram tempos em que se pretendia construir uma identidade nacional pelo viés educacional. Além disso, todos os cursos superiores existentes nas demais instituições deveriam ter nela o seu modelo correspondente. A intenção “modelar”, em certa medida, traz embutido o silenciamento de qualquer outra diretriz que, porventura, viesse a surgir no campo da formação universitária brasileira. Na UB, segundo intenções do Governo, estariam também os melhores alunos do país, selecionados mediante sistemas de avaliações rigorosos.

A história dessa universidade se relaciona com aspectos significativos da própria história do país. Este trabalho pretende refletir sobre a instituição universitária, revisitando aspectos do seu processo constitutivo e de sua formação pelas práticas discursivas oficiais. Trabalhamos com o pressuposto de que as políticas educacionais efetivamente implantadas não se dissociam das ideologias dominantes. A evolução do sistema de ensino no Brasil, tanto em relação à sua expansão, quanto em relação ao seu modelo formal, sempre respondeu a injunções de ordem econômica, social e política. Nesse sentido, a educação superior, quando pensada pelo viés do modelo universitário à época, tinha clara conotação elitista, independentemente das correntes ideológicas de seus intelectuais. Destinava-se, sobretudo, à formação de uma elite condutora das políticas modernizadoras naquele Brasil que iniciava, efetivamente, seu processo de industrialização. Acreditamos ainda que compreender o processo de implantação da instituição universitária como parte do projeto de construção de uma “elite condutora” que “melhoraria” o povo brasileiro, pode também ser uma possibilidade de recuperarmos (ou atualizarmos) aspectos silenciados da memória de um período histórico do próprio país.

Pretendemos, ainda, refletir sobre o processo de construção de uma identidade nacional via estruturação da instituição universitária no Brasil, pela observação constitutiva daquela que foi considerada pelo Estado varguista como sendo paradigmática às demais, quer fossem existentes ou futuramente criadas. A criação da UB é entremeada por diversos embates travados entre grupos opositores ao modelo centralizador característico do Estado varguista. Internamente, se considerarmos o corpo social da universidade criada, também não havia um sentimento de pertencimento a uma unidade que viesse caracterizá-la como uma instituição universitária em seu sentido ideal. Os embates travados entre grupos divergentes, com certa regularidade, são encobertos ou tratados com certa superficialidade nos documentos e discursos oficiais. Considerando que os diversos discursos revelavam as lutas dos sujeitos e das diversas instituições que compõem a “instituição universitária”, objetivamos perceber como tais discursos buscavam a manutenção ou a transformação social e institucional; como revelavam as lutas dos sujeitos e das instituições diante da realidade histórica daquele momento.

Referenciais teórico-metodológicos

Este trabalho vale-se das contribuições do campo da Memória Social para sua fundamentação teórica. Concebemos a memória como uma *construção*, pelo fato de ela não nos conduzir a recuperar o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que formulamos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, das indagações que fazemos. A memória também tem uma dimensão processual, e o que deflagra este processo são relações, compartilhamento de desejos, crenças e afetos; em outros termos, “jogos de forças”. Neste jogo de forças, o lembrar e o esquecer estão em constante disputa, mesmo quando o sujeito que lembra se esquece de quantas são “as lembranças que acreditamos ter conservado fielmente e cuja identidade não nos parece duvidosa e, no entanto, são também forjadas quase inteiramente sobre falsos reconhecimentos, conforme relatos e testemunhos cuja origem esquecemos” (HALBWACHS, 2006, p.93).

Outro aspecto constituinte da memória é o que se refere à sua *seletividade*. Nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado. A memória também é, em parte, *herdada* e por isso não se refere apenas à vida física da pessoa ou grupo. Também sofre *flutuações* que são funções do momento em que ela é articulada, em que está sendo expressa. Sendo assim, as preocupações do momento constituem importante elemento de estruturação da memória. Esta última, quando enquadrada pela história, já é resultado [uma representação] de processos de

lutas políticas e embates ideológicos e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos serão gravados na memória de um povo ou comporão a “história oficial” das instituições. Interessam-nos os *processos constitutivos* da memória e não somente a representação materializada nos livros de história.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidades individual e coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante na consolidação do sentimento de *continuidade e coerência* de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução e representação de si, para si e para os outros. Sendo assim, falar de memória é falar de jogos de poderes. Sabemos que as relações de poder e saber são intrínsecas a qualquer instituição educativa, sobretudo à Universidade. Sabemos também como são contraditórias, antagônicas, embora tão próximas, as relações entre esta instituição e o Estado. Entretanto, devemos também considerar que o exercício do poder não está circunscrito somente à esfera do Estado. Foucault (2004) nos esclarece que existem formas de poder diferentes do Estado, embora a ele articuladas de várias maneiras e indispensáveis para sua sustentação e eficácia.

Estes poderes se exercem em vários níveis da rede social e podem estar integrados ou não ao Estado que, desta forma, não se constitui como única central de poder. É certo, porém, que o poder está sempre ligado ao saber. Na escola e por extensão, na universidade, o saber transmitido também representa valores e ideais de uma determinada classe social, no caso a que se encontra no poder, classe dominante representada por grupos que utilizam as diversas instituições como aparelho ideológico para a transmissão de seus valores e conceitos que se fundamentam na comprovação científica e são transmitidos por meio do processo de ensino.

Como o poder e o saber têm implicação mútua, ainda embasados em Foucault, consideramos que não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber e, conseqüentemente, todo saber instituído constitui novas relações de poder (já que todo saber tem sua gênese nas relações de poder).

Nas instituições, “o discurso oficial produz determinados significados relacionados com a construção identitária da instituição em foco” (OLIVEIRA, 2002, p. 80) e por intermédio dele podemos perceber a atuação dos diversos grupos implicados neste processo, bem como a relação destes com os diversos tipos de memórias que se perpetuam ou se apagam. O discurso a que nos referimos extrapola a noção de textos, documentos e falas. Refere-se, à luz do que propõe Pêcheux (1997), à relação que os sujeitos estabelecem com o meio social e o processo histórico em curso. Segundo esse autor, o discurso é acontecimento, pelo ponto de encontro de uma atualidade e uma memória. Discurso permeado pela ideologia, que se infiltra nas retóricas das autoridades e no conteúdo dos documentos institucionais.

Sabemos que os discursos institucionais – e não só eles - nem sempre explicitam as divergências e contradições em confronto e evocam (quando não perpetuam) a memória de determinados grupos num contexto sociohistórico específico. Ao tomarmos o discurso como evento ou acontecimento, somos também levados às considerações sobre os “sujeitos envolvidos, o contexto no qual se inscrevem as formações ideológicas que lhe dão ordem e os elementos discursivos que são agenciados para veicular os sentidos propostos” (OLIVEIRA; ORRICO, 2005, p.80).

Ao focarmos nossas reflexões nas origens da Universidade do (e no) Brasil, pretendemos desenvolver análises sob uma “perspectiva relacional” (BOURDIEU, 2001, p.31), percebendo as diversas relações que foram estabelecidas dentro e fora do meio universitário, *com e para* a criação da universidade. Particularizar um objeto – a análise das características constitutivas da Universidade do Brasil - e depois generalizá-lo – o *modelo de universidade* a ser difundido no país.

Um breve histórico da criação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ) e da Universidade do Brasil (UB)

Durante todo o período colonial, Portugal proibia a existência de instituições de ensino superior em suas possessões coloniais, salvo algumas escolas dirigidas principalmente pelos jesuítas, de caráter propedêutico às universidades portuguesas, sobretudo a de Coimbra, que recebia boa parte dos filhos dos “homens bons”, nossa elite colonial. No contexto das invasões napoleônicas, que culminou com a transmigração do Estado português para o Brasil, colocou-se de forma mais acentuada e urgente a necessidade de formação de pessoal com estudos superiores na colônia, logo depois elevada à categoria de Reino-Unido. Mesmo aí se privilegiou o ensino profissional e, desta forma, em vez da criação de universidades, foram criadas escolas superiores isoladas, destinadas a formar aqueles que se encarregariam da defesa e das obras públicas [engenharia militar e civil] e da saúde e higiene [medicina]. Somente após a emancipação política, já com Pedro I, foram criados os primeiros cursos de Direito.

Diversas foram as tentativas, ainda no século XIX, de criação de universidades no Império, mas todas fracassaram. Segundo Lobo (1980), em 1821, antes mesmo do movimento de emancipação política, José Bonifácio propôs a criação de uma universidade em São Paulo, constituída de três faculdades: Filosofia, Jurisprudência e Medicina. Em 1823, na Assembleia Constituinte no Rio de Janeiro, o tema foi novamente colocado em discussão, com

apresentação de um projeto de lei que previa a existência de duas universidades, uma em São Paulo e outra em Olinda, onde se ensinariam todas as ciências e belas-artes. Em 1843, foi submetido ao Parlamento projeto de fundação da Universidade de Pedro II. Em 1880, um novo projeto governamental previa a construção de um conjunto de edifícios que abrigariam a universidade, projetados por Paula Freitas. As bases do *Curatorium* da futura universidade foram lançadas com inauguração solene, feita pelo próprio imperador, em 13 de janeiro de 1881. A construção do prédio teve início, mas novamente a ideia de uma universidade no Brasil seria derrotada. Com isso, o prédio acabou se transformando em sede do futuro Ministério da Agricultura, no governo republicano. Hoje sedia a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), no bairro da Urca (Rio de Janeiro).

Às vésperas da deflagração do movimento militar que derrubou o governo imperial, em discurso proferido a 3 de maio de 1889, D. Pedro II reafirmaria sua intenção de criar duas universidades no Império, salientando que:

entre as exigências da instrução pública, sobressahe a criação de escolas technicas adaptadas às condições e conveniências locais, a de duas universidades, uma ao sul e outra ao norte do Império, para centros do organismo scientifico e proveitosa emulação, de onde partirá o impulso vigoroso e harmônico de que tanto carece o ensino.[sic] (LOBO, 1980, p.19)

Após a proclamação da república, veio dos positivistas, ferrenhos opositores do regime monárquico (e de tudo o que se relacionasse ao “Antigo Regime”), grande parte das contestações ao estabelecimento de uma instituição universitária no Brasil, as quais tiveram grande influência na política educacional nos anos iniciais da República. A instituição universitária, para eles, levaria ao atrofamento do desenvolvimento científico e à sistematização dos interesses de uma “*pedantocracia*” e dos “*parasitas científicos*”, a quem somente interessaria a aquisição de um diploma qualquer (LOBO, 1980, p.20).

Por que teriam os intelectuais positivistas tamanha rejeição à ideia de criação de universidades no Brasil? Alguns argumentos de Teixeira Mendes (apud LOBO), em seu Manifesto de 1882 e, posteriormente, em seu livro “A universidade”, publicado em 1903, podem nos sinalizar para as possíveis causas: segundo Mendes, a instituição universitária teria surgido nos tempos das “trevas medievais”; desenvolvera-se depois sob a proteção dos déspotas e de suas monarquias absolutistas, além de já serem consideradas instituições retrógradas em boa parte do ocidente.

Diversas são as vertentes explicativas para a resistência, em nossa história, à instalação da instituição universitária no Brasil. Alguns estudiosos atribuem o fato ao atraso de nossas elites, tanto imperial quanto republicana, frequentemente fazendo referência comparativa ao

fato de a área de colonização espanhola ter vivenciado a experiência “universitária” desde o início do processo de colonização, no século XVI. Outros sinalizam para o alheamento de grande parte das universidades europeias em relação às inovações tecnológicas e científicas verificadas no decorrer da Modernidade, sobretudo entre os séculos XVII e XIX, e dessa forma, não consideram negativamente a recusa por parte de nossa elite à criação destas instituições no país. Merece destaque nesta linha argumentativa o fato de que grande parte das descobertas científicas e avanços tecnológicos foram desenvolvidos nas Academias de Ciências europeias, criadas fora das universidades, justamente por não encontrarem nelas as condições adequadas para se estruturarem.

Anísio Teixeira (2005) já se referia à característica dos colégios destinados aos filhos da elite colonial, sobretudo aqueles administrados por jesuítas, que ministravam a educação clássica medieval europeia, não se distanciando daqueles existentes na metrópole. Segundo o autor, não havia diferenças significativas entre Metrópole e Colônia quanto ao nível ou conteúdo da educação intelectual, se considerarmos que toda essa educação local ministrada pelos jesuítas iria completar-se com a educação universitária na Europa. Entretanto, esse grande pensador da Educação brasileira, nos chama a atenção para um fato que merece destaque: não havia ainda, até pelo menos o século XIX, uma consciência, ou uma identidade específica de “brasileiro”. A elite que aqui vivia era considerada (e se considerava) como “*portugueses* nascidos no Brasil”. Esse sentimento de identidade lusitana, certamente estava vinculado à elite latifundiária, escravista e comercial da América portuguesa, a partir do compartilhamento de uma rede de memórias construtoras de discursividades que se alinhavam a Portugal, fazendo com que nossa elite se sentisse parte integrante (e não externa), não só da Universidade de Coimbra, como das demais instituições portuguesas.

Embora tal aspecto mereça maiores estudos e cuidados, a fim de se perceber as interdiscursividades e compartilhamentos de memórias pelas ideologias comuns que perpassavam as elites portuguesas (quer da metrópole ou da América portuguesa [Brasil]), a menção de Teixeira a esse “compartilhamento de identidades” (2005, p. 138), pode nortear nossas afirmativas:

O brasileiro da Universidade de Coimbra não era um estrangeiro, mas um português nascido no Brasil, que poderia mesmo se fazer professor da universidade. O reitor Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, membro da Junta de Providência Literária, constituída para estudar e projetar a radical reforma universitária do tempo de Pombal, e, depois, o executor da reforma e reitor por cerca de trinta anos, era um brasileiro nascido nos arredores do Rio de Janeiro; José Bonifácio de Andrada, o brasileiro considerado patriarca da Independência do Brasil, foi antes, professor da Universidade de Coimbra. Como estes, vários outros “brasileiros” foram ali professores (TEIXEIRA, 2005, p. 137).

Sendo assim, podemos considerar a Universidade de Coimbra como uma força unificadora, aglutinadora e homogeneizadora do próprio Império Português, exercendo importante papel de convergência entre as diversas elites “portuguesas” espalhadas pelas várias áreas de colonização da metrópole europeia.

Uma abordagem mais ampla e contextualizada sobre esta problemática pode ser encontrada nas explicações de Fausto Castilho (2008), ao analisar o processo constitutivo da Universidade Estadual de Campinas. Nesta obra, o autor remete-nos ao período pombalino, em Portugal, para percebermos as relações estabelecidas naquele país entre a instituição universitária, o Estado Português e a Igreja Católica, representada, no campo educacional, principalmente pela Companhia de Jesus. A forte ligação entre Estado e Igreja dava às universidades portuguesas, sobretudo a de Coimbra, uma feição conservadora, muito mais ligada à Escolástica do que ao pensamento “científico” que se ampliava durante os séculos XVII e XVIII. Era uma instituição de *ensino* e não de *estudo*, o que a caracterizava como propagadora de conhecimentos já sistematizados e aceitos pela ortodoxia católica, em detrimento da busca de novas formas de saberes. Daí seu caráter conservador e a tentativa do Marquês de Pombal, durante a fase do Despotismo Esclarecido em Portugal, em reformá-la e modernizá-la.

Desta forma, a reação negativa à criação da instituição universitária em nosso país poderia ter duplo sentido: aqueles que a consideram ultrapassada e retrógrada, mas também os que a consideravam potencialmente perigosa, subversiva à herança de uma ordem estabelecida pelo arcaísmo católicoportuguês transplantado para o Brasil. O termo universidade “não nomeia um só, mas dois tipos de instituição: de um lado, a universidade medieval, também dita tradicional; de outro lado, a universidade moderna, cujo conceito só é descoberto no início do século XIX, depois, portanto, do período pombalino” (2008, p. 23). Castilho defende a hipótese de que é preciso o conhecimento do contexto sociopolítico em Portugal para entendermos as políticas educacionais que serão implantadas (ou as tentativas de implantação), já que surtirão efeitos imediatos no Brasil, sobretudo a partir da vinda da Família Real, em 1808.

A Universidade do Paraná, localizada em Curitiba, foi a primeira universidade criada no Brasil, em 1912, mas não era vinculada ao Governo Federal. Somente em 1915, no governo de Wenceslau Braz, por meio da Reforma Carlos Maximiliano, o problema da criação da instituição universitária no país tomou aspecto legal. Em seu artigo 6º, dispunha que “o Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá, em universidade, a Escola Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres

de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar” (FÁVERO, 2007, p.14). Estava criado o dispositivo legal para a estruturação da futura Universidade do Rio de Janeiro (URJ), o que se deu a 7 de setembro de 1920, pelo Decreto 14.343.

Mas a URJ era uma universidade artificial, já que as faculdades continuaram separadas, em diversos pontos da cidade. Além da precariedade das instalações, o primeiro reitor, Benjamim Franklin Ramiz Galvão, advertia que a universidade criada era apenas lei vigente; estava criada apenas *in nomine* e longe de satisfazer suas funções de estímulo à cultura e às ciências. Constituída pela agregação das três faculdades pré-existentes, nem ao menos tinham a sua localização comum ou próxima, vivendo apartados e alheios uns aos outros. Fávero nos chama a atenção para um fato que merece ser destacado: há uma suposição de que a URJ teria sido criada abruptamente para prestar homenagem acadêmica ao rei da Bélgica, que visitou o Brasil em 1920, outorgando-lhe o título de *Doutor Honoris Causa*. Entretanto, pesquisando as Atas da Assembleia constituída pelas Congregações dos Institutos de Ensino Superior incorporados à URJ em 1920, bem como Atas do Conselho Universitário, no período posterior a 1920 e anterior a 1965, a autora nada encontrou sobre a referida outorga, embora tenha tido acesso às relações de nomes agraciados com o título durante esses anos. Esta pesquisa desmistifica uma afirmação verificada em grande parte da bibliografia que versa sobre as origens da instituição universitária no país e reforça a concepção de que,

não obstante a ocorrência de problemas e incongruências existentes em torno da criação da Universidade do Rio de Janeiro, um aspecto não poderá ser subestimado: sua instituição teve o mérito de reavivar e intensificar o debate em torno do problema universitário no país. Esse debate, nos anos de 1920, adquire expressão graças, sobretudo, à atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Entre as questões recorrentes nesses debates destacam-se a concepção de universidade, as funções que deveriam caber às universidades brasileiras, a autonomia universitária e até que ponto o modelo de universidade a ser adotado no Brasil deveria ser único ou se cada universidade poderia ser organizada de acordo com suas condições peculiares e as da região onde se localiza (FÁVERO, 2007, p.16-17).

A partir dos anos de 1930, com a nova estrutura política decorrente da chegada de Getúlio Vargas e seu grupo ao poder, toma corpo uma série de políticas que buscam a construção de uma “nacionalidade” brasileira. Em consonância com esse ideal, é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), que teria na constituição da nacionalidade o seu principal objetivo. Para tal, deveria o Estado, através deste Ministério, garantir que fosse dado um conteúdo nacional à educação transmitida nas escolas, bem como o uso adequado da língua portuguesa; padronizar o sistema educativo, com a criação de escolas-modelo, bem como de uma universidade padrão.

Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p.157), tal padronização deveria ser viabilizada pela existência de currículos mínimos e homogêneos, característicos de uma política de centralização. Por fim, deveriam ser erradicadas as manifestações educativas de minorias étnicas que se valiam de suas línguas pátrias nas escolas, com sua posterior assimilação ao conteúdo padronizado pelo Estado. Essas ações, mais do que políticas educativas, foram consideradas como questão de segurança nacional. É neste contexto de centralização e homogeneização com vistas à construção de uma identidade nacional que devemos entender o processo constitutivo da Universidade do Brasil, em 1937.

O papel atribuído ao ensino universitário na construção deste novo Estado Nacional já pode ser observado no Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras. Redigido por Francisco Campos, nosso primeiro Ministro da Educação e Saúde Pública, esse dispositivo legal estabelece, pela primeira vez em nossa história, que o ensino superior no Brasil obedeceria, “de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados”. Em seu artigo 2º já nos sinaliza para as estreitas relações que serão estabelecidas entre a instituição universitária e o Estado, quando dispõe que a organização das universidades brasileiras deveria atender primordialmente

ao critério dos reclamos e necessidades do país, e, assim, será orientada pelos fatores nacionais de ordem psíquica, social e econômica e por quaisquer outras circunstâncias que possam interferir na realização dos altos desígnios universitários (FÁVERO, 2000, p.159).

Neste contexto das novas políticas adotadas pelo Governo Provisório de Vargas, colocou-se, de forma cada vez mais acentuada, a necessidade da viabilização das condições para a estruturação da “Universidade padrão dos institutos universitários brasileiros” (OLIVEIRA, 2005, p.57). Em 1935, ao instalar a Comissão de Professores incumbida da viabilização das condições para a criação desta instituição modelar, Capanema já evidenciava a problemática da escolha e definição de um, dentre os diversos modelos de universidades a se instalar no país e ao mesmo tempo já sinaliza para as pretensões do Governo em relação à universidade que pretende criar. Segundo o ministro,

o conceito de universidade, no momento presente, perdeu o sentido tradicional, mas não tomou, ainda, um sentido positivo e definitivo. Em meio desse desencontro de conceitos, é preciso que firmemos, ainda que provisoriamente, o conceito que nos convém: o que devemos definir como universidade, o que devemos nela incluir, o que devemos nela excluir. Feito esse conceito de universidade, no seu mais amplo sentido, a Comissão entrará a planejar a universidade, a localizá-la, a fazer o programa de sua estrutura completa. A Universidade a organizar deve ser completa no sentido de abranger tudo quanto uma Universidade possa conter. Admitte [o Presidente] a hipótese de que, pelo Brasil afora numerosas Universidades se façam menos perfeitas e sejam Universidades [...] Mas a Universidade Central, a que quer

ser a primeira na qualidade e o espelho das demais, precisa abranger tudo quanto deve entrar na estrutura universitária [sic] (OLIVEIRA, 2005, p. 59). (grifo nosso)

A partir da observação desse enunciado, somos levados a crer que a universidade pretendida, em 1935, pelo então ministro Capanema, ainda não se apresentava, em forma e tamanho, àquela que seria materializada em 1937. O Governo não pretendia realizar, pelo menos nos discursos oficiais, uma obra gigantesca, que viesse a impressionar pelo grandioso e espetacular, pretendendo, sim, consolidar uma estrutura modelar às demais instituições de ensino superior no país:

o que deseja fazer é uma obra modesta e singela, chã, que seja um padrão, mas ao alcance de nossas possibilidades [...]. Mesmo uma obra simples como esta, não pode ser uma obra de um governo, nem de uma geração ou de uma época. Uma universidade é uma construção [sic] permanente. O Governo actual [sic] quer lançar as bases dessa Universidade [...]. (FGV/CPDOC-GCg 1935.03.09. r.33. f.274).

Sobre o caráter elitista e padronizador da instituição, bem como à sua localização, ainda se refere o ministro: “Não pode ser obra gigantesca. Ela [a União] se contenta com o padrão, com a boa qualidade. Será uma universidade de matrícula limitada e de pequena capacidade” (Idem). É recorrente nos documentos da época, entre os diversos educadores, representantes de diversas correntes ideológicas, o caráter de formação elitista que estaria intrínseco à universidade. O que aqui se apresenta é a intenção inicial de que a futura Universidade a ser criada a partir da reestruturação da Universidade do Rio de Janeiro se constituísse em centro para a formação de uma elite nacional, já que se propunha a ser modelo para as demais existentes ou que viessem a existir. Lembremos de que a supervalorização da formação superior da elite brasileira, associando o título de bacharel ao topo da elite social, é recorrente em nossa história. Sobre os privilégios dados, historicamente, à educação superior no Brasil, (bem como ao déficit de jovens com esta qualificação no Brasil), o ministro Francisco Campos defendia, em 1940, que

há quem pense que pela alfabetização tudo se resolve. Sem decurar este lado do problema, o nosso maior empenho deve ser o da formação das elites. Sem elas não poderemos, com eficiência, explorar, dirigir e fomentar nossas riquezas. Considerem que os Estados Unidos, com 130 milhões de habitantes, tem [sic] quase 400 mil universitários. Com nossos 40 milhões, estamos muito longe de alcançar os 30% que deveríamos ter para ficarmos no mesmo nível. A França, com quase [sic] a mesma população (42 milhões), tem 82 mil universitários. O Canadá, com 9 milhões, quase 35 mil e assim por diante. Que poderá fazer o Brasil se tiver toda a sua população alfabetizada, mas uma elite insuficiente (CAMPOS, 1940, p.389)?

Certamente, os acontecimentos políticos do ano de 1935, agravados pela Intentona Comunista e pelo arrefecimento das forças repressivas do governo varguista levaram a novas considerações sobre o caráter de controle sobre as instituições ligadas ao Estado, dentre elas a

Universidade. Experiências como a Universidade do Distrito Federal (UDF), implementadas na Capital Federal, por Anísio Teixeira, precisaram ser controladas e abortadas nos anos seguintes. Foi nesse contexto repressivo e autoritário que a Lei 452, de 5 de julho de 1937, organizou a Universidade do Brasil (UB).

Procurando atender aos dispositivos de centralização administrativa e constituição de uma “elite condutora” que viabilizaria o processo nacional de desenvolvimento pela industrialização, evidencia as principais características constitutivas desta instituição. Em seu artigo 1º, estabelecia que a UB seria uma “comunidade de professores e alunos, *consagrados* ao estudo. No artigo 3º era expresso que a universidade manteria *todos* os cursos superiores previstos em lei. Ao se referir às normas de conduta de professores e alunos, em suas Disposições Gerais, o artigo 29 definia que professores e alunos não poderiam “tomar oficialmente, nem coletivamente, dentro da Universidade, qualquer atitude de caráter políticopartidário”, conduta esta complementada pelo artigo 30 que estabelecia que professores e alunos também não poderiam “comparecer aos trabalhos escolares ou a quaisquer solenidades universitárias, com uniforme ou emblema de partidos políticos” (FÁVERO, 2000, p. 249). Nestes artigos podemos perceber o discurso (aqui, oficial) como um acontecimento; é justamente o ponto de encontro de uma atualidade (o dispositivo legal) e uma memória discursiva ou interdiscurso (a ideologia do regime autoritário, que pretende suprimir as diferenças de pensamentos).

Ao ser instituída, a UB traz evidenciado o seu caráter de *instituição nacional e elitista*, devendo receber os melhores alunos do país, sob rigoroso critério de seleção. Dessa forma, seria uma instituição *modelar*. Aos demais alunos de outras instituições de cursos superiores a serem criados em outras partes do país e na própria capital, assim referia-se o ministro Gustavo Capanema:

Para a grande massa de estudantes da cidade do Rio de Janeiro, candidatos à matrícula nos cursos superiores, existem, e devem cada vez mais existir, estabelecimentos locais diversos. Tais estabelecimentos de caráter local são, por outro lado, necessários em todo o território do país (SCHWARTZMAN, 2000, p. 224-225)

Com a incorporação de diversas unidades de ensino já existentes no Distrito Federal, reforçando a intenção de viabilização de uma instituição totalizante das áreas de saberes, aquela universidade destinava-se à formação de elites condutoras do país. Ainda segundo Schwartzman e suas colaboradoras pesquisadoras,

Nascendo já pronta e acabada, como Minerva da cabeça de Júpiter, à Universidade do Brasil seria negada a possibilidade de um crescimento orgânico e progressivo, durante o qual fosse buscando seus próprios caminhos. Além disso, traria como

seqüela a morte ou a tentativa de sufocamento de outras iniciativas mais modestas e localizadas que não se ajustavam ao grande projeto, a começar pela Universidade do Distrito Federal, em cujo destino outros fatores de ordem política também influiriam (SCHWARTZMAN, 2000, p. 225).

Dessa forma, a despeito das intenções iniciais explicitadas nos documentos de Capanema, em 1935, a Universidade do Brasil, criada em 1937, caracterizou-se, já na origem, pelo seu *gigantismo* (já que nela deveriam existir todos os cursos superiores que seriam referências para os demais), *fragmentação* (seus cursos funcionavam em diversas localidades na capital federal) e pela *incorporação* (e não criação progressiva) de unidades constituintes. A rápida observação de alguns artigos na Lei 452, que a instituiu, já nos sinalizam para o controle exercido pelo Estado sobre a instituição, como por exemplo, a sua constituição a partir de professores e alunos “consagrados aos estudos” (Artigo 1º) e a proibição de quaisquer manifestações políticas em seu interior (Artigo 29). No seu Artigo 3º determina que a universidade manteria todos os cursos superiores previstos em lei. Nesses artigos, considerando o discurso como *acontecimento*, compreendemos ser justamente o ponto de encontro de uma atualidade (o dispositivo legal) e uma memória discursiva (o *interdiscurso* - a ideologia do regime autoritário que pretende suprimir as diferenças de pensamentos).

Tudo isso, certamente, dificultou a viabilização de uma coesão institucional, já que os poderes locais das escolas e institutos, solidamente constituídos ao longo dos anos anteriores, constantemente demarcavam suas áreas de influências e interesses específicos, ligando-se das mais variadas formas às instâncias do poder central federal. É importante ressaltarmos que este modelo constitutivo de universidades, pela incorporação de escolas e faculdades pré-existentes, bem como pela federalização de instituições particulares, acabou sendo disseminado pelo país, a partir das sucessivas criações de outras universidades federais, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1950.

Considerações finais

Ao se consolidar, o modelo constitutivo da UB procurou operar um silenciamento nos discursos que defendiam outras possibilidades de instituições universitárias que se apresentavam na época. Ao expressar somente as ideias do Governo Federal, bem como as características constituintes e normativas da sua universidade modelo, Capanema encobria as diferenças ideológicas que se debatiam, por meio de uma narrativa estrategicamente construída. Entretanto, sabemos que o silêncio significa, assim como traz novas possibilidades de interpretação das relações contraditórias e não lineares, que os discursos mais evidentes

estabelecem com o “outro” silenciado (ORLANDI, 2007). Bethânia Mariani (1999), por sua vez, nos lembra que, ao analisarmos documentos institucionais (aqui, os documentos legais), é oportuna a atenção para não entrarmos num conteudismo, que considera que os lugares sociais são marcados por falas “previamente e automaticamente institucionalizadas”, pois isso é cair na “ilusão de literalidade de sentido”. Se assim o fizermos, estaremos perguntando *o que* a instituição (universidade / Estado) diz e não *por que diz daquele modo*. Uma instituição, ao constituir-se, encontra-se regulada por uma formação discursiva dominante que também a caracteriza.

Acreditamos que as abordagens de múltiplos pensadores que protagonizaram a história de criação das nossas primeiras instituições universitárias no país, bem como as diversas redes de memórias que a eles se ligam ainda hoje, possam ampliar as reflexões sobre a multiplicidade de conceitos que permeiam os campos da memória social e da história da educação. Ao problematizarmos algumas abordagens, ainda a serem mais desenvolvidas em trabalhos subsequentes, procuraremos dar novas respostas (ou formular novas perguntas) a questões que ainda podem ser observadas numa convergência entre os campos da história e da memória social. É a partir de novas leituras e interpretações da materialidade discursiva expressa nos textos oficiais referenciados neste trabalho que procuraremos empreender, daqui para frente, novas reflexões sobre a controversa gênese e estruturação da instituição universitária em nosso país.

Referências

1) Fontes:

Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea (CPDOC) – Arquivo Gustavo Capanema.

2) Bibliografia:

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CAMPOS, Francisco. **Educação e cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. *Apud*

CASTILHO, Fausto. **O conceito de universidade no projeto da UNICAMP**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2008.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade Federal do Rio de Janeiro: origens e construção (1920 a 1965). In: OLIVEIRA, Antonio José B. de (Org.). **A universidade e os múltiplos olhares de si mesma**. Rio de Janeiro: FCC/SiBI, 2007.

_____. **Universidade e poder: análise crítica; fundamentos históricos**. 2. ed. Brasília: Plano, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LOBO, Francisco Bruno. **UFRJ – Subsídios à sua história**. Rio de Janeiro: Gráfica da UFRJ, 1980.

MARIANI, Bethânia. Discurso e instituição: a imprensa. **RUA** – Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP (NUDECRI), Campinas: SP, n.5, março 1999.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de Oliveira. **Das ilhas à cidade: a universidade visível**. A construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil. Dissertação (Mestrado em História Comparada) PPGHC/IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Carmem Irene Correia de. **Universidade do Rio de Janeiro** – discurso, memória e identidade: gênese e afirmação. Dissertação (Mestrado em Memória Social) PPGMS. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2002.

_____; ORRICO, Evelyn G. Dill. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: DODEBEI, Vera e GONDAR, Jô (org). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas (SP): Pontes, 2007.

_____. **As formas do silêncio.** No movimento dos sentidos. CAMPINAS (SP): Ed.Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H.; COSTA, V. **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro: Paz e Terra / Ed.FGV, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil:** análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.